

## **APRESENTAÇÃO**

A Revista Jurídica Unicuritiba número 49, quarta e última dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta de 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com intuito de alertar para a responsabilidade civil de forma que cada cidadão possa valer de seus direitos em uma troca de conhecimentos, apresentam-se artigos na busca de melhores soluções para a sociedade como um ente em mutação, cujo objetivo comum de todo pesquisador é contribuir para a evolução do campo jurídico.

Desta forma, o Prof. Dr. Augustus Bonner Cochran, com o estudo ***Democracy is More Than Choice: the necessity of voice***, apresentou uma abordagem contemporânea sobre a classe trabalhadora e as dificuldades para o empregado mediante as mudanças nas últimas décadas nos Estados Unidos.

O artigo ***Clausole Generali Nella Prospettiva Del Diritti Civile-Costituzionale: un'analisi critica del potere giudiziario brasileiro***, abordado pela Profa. Dra. Priscila Zeni de Sá, denota uma análise do Poder Judiciário frente a grande demanda das situações cotidianas, com uma visão sociológica de como o cidadão busca satisfação ao seu Direito, perante o número de processos distribuídos anualmente.

Por sua vez, o Prof. Demetrius Nichele Macei e a Pesquisadora Aracy Claudyni Moschetta Conceição, no artigo ***The Principle Of Material Truth In Tax Law***, pesquisaram a verdade formal e a verdade material na teoria geral de processo, ambas classificadas com bases em princípios e como a norma processual civil difere do criminoso.

A Profa. Dra. Adriana Pereira Campos e o Msc José Angel Cornielles, no artigo ***Estructura Orgánica Del Contencioso Administrativo En Venezuela (1976-2010)*** objetivaram a necessidade de reconstruir a estrutura organizacional dos litígios administrativos do Estado, constituindo um desafio no sistema jurídico da Venezuela.

Seguindo tais trabalhos, os Profs. Drs. Wilson Almeida, Rosângela Menezes e Cindy Whang, trataram como os recursos genéticos estão tendo crescimento e importância econômica, a modernidade das biotecnologias e a técnica de manipulação de genes, envolvendo entidades públicas e privadas no trabalho ***Bioethic and the Challenges of Brazil in confrontation With International Law***

Por sua vez, em ***A Vaidade Como Causa da Disputa Entre os Homens na Obra Política de Hobbes***, o Prof. Dr. Ricardo dos Reis Silveira abordou o Estado de Natureza a partir de Hobbes, cuja causa propulsora da disputa entre homens é a honra, e como a distribuição desta é feita pela própria sociedade.

Em ***Os Mecanismos de Indução ao Cumprimento do Direito Internacional À Luz da Teoria Institucionalista das Relações Internacionais***, o Prof. Dr. Fernando Lopez Ferraz Elias demonstrou que além da teoria do poder puro, os institucionalistas acreditam que as instituições internacionais contribuem para a cooperação internacional e não apenas no campo da “alta política”, facilitando informações compartilhadas com redução de custos transacionais das negociações de mecanismos de solução de conflitos.

Em seguida, as Profas. Dras. Maria Marconiete Fernandes Pereira e Mariana de Siqueira com ***O Acesso Universal e Sustentável ao Direito ao Saneamento Como Caminho de Construção do Desenvolvimento*** traçaram a necessidade de conciliação para o desenvolvimento com a sustentabilidade em prol de garantir a redução das desigualdades sociais com implantação de estruturas de saneamento.

Em ***Crédito de Carbono a Partir da Preservação da Mata Nativa: obediência aos princípios da precaução e prevenção***, as Profas. Sônia Maria Agra Zamith e Elisângela Assayag Neves abordaram a questão de como várias empresas

no Brasil se beneficiaram da geração de créditos de carbono, sendo que a maior parte dos projetos se destina a compensar as empresas que praticam o reflorestamento. Entendem essa atitude sendo uma forma de sequestrar o dióxido de carbono e, em consequência, reduzir a emissão de GEEs.

Já em **As Pessoas com Necessidades Especiais e as Nanotecnologias: entre riscos, possibilidades e novos**, escrito pelos Profs. Drs. Wilson Elgelmann e Alejandro Knaesel Arrabel e o Mestre Camilo Stangherlim Ferraresi, identifica-se a necessidade do retorno a moral para se estabelecer uma ética dos direitos humanos como norte para direcionar os avanços e cuidados a serem implementados nas pesquisas científicas.

Por sua vez, os Profs. Drs. Lucas Gonçalves Silva e Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, em **O Controle Social Como Instrumento de Defesa da Democracia**, analisam o controle social definido como meio de compartilhar, entre Estado e sociedade, o poder decisório acerca de políticas públicas como instrumento de expressão e divulgação, considerando a força de intervenção.

O Prof. Dr. André Karam Trindade e a Msc. Luísa Giuliani Bernsts apresentam duas premissas principais no artigo **Discrecionabilidade Judicial na Literatura: lições de direito em Gargantua e Pantagruel, de François Rabelais**, sendo a primeira, o reconhecimento do papel desempenhado pela literatura, evidenciando questões jurídicas e a segunda referindo a necessária discussão acerca a atribuição do poder discricionário aos juízes na consolidação do Estado Democrático de Direito.

Em seguida, a Profa. Dra. Jamile Bergamaschibe e o Dr. Caio de Castro e Carneiro, em **(Re) Visitando o Primado das Normas de Direito Europeu: a evolução histórica da primazia e seus primeiros desdobramentos jurisprudenciais**, pesquisam as questões relativas à aplicação da supranacionalidade normativa, analisando, com maior atenção, a evolução, do conteúdo de primazia nas discussões emanadas dos Tribunais de justiça da então Comunidade Europeia.

Em se tratando de dignidade humana, a Profa. Dra. Ynes da Silva Félix e a Msc Marianny Alves, no trabalho intitulado **Mulher, Estranha e Condenada: sobre as imigrantes que cumprem pena privativa de liberdade do Brasil**, abordaram a vulnerabilidade, especificamente do imigrante na perspectiva dos direitos humanos, tendo o intuito de relatar as dificuldades socializadora, haja vista o descaso legislativo e político quanto a pessoa estrangeira em situação de cárcere.

No mesmo passo que o artigo **O Federalismo e o Direito À Saúde na Constituição Federal de 1988: limites e possibilidades ao estabelecimento de um autêntico Federalismo Sanitário Cooperativo no Brasil**, escrito pela Profa. Dra. Edith Maria Barbosa Ramos e pelo Mestre Edson Barbosa de Miranda Netto, buscou o entendimento que os serviços e políticas públicas de saúde possam ser prestados adequadamente nesse cenário de Federalismo cooperativo, demonstrando a necessidade e efetividade de conjugação de forças e recursos por parte dos entes federados.

O Prof. Dr. Marcelo Abelha Rodrigues, visando apresentar a dicotomia entre o instituto de admissibilidade e mérito no trabalho **Notas Sobre o Juízo de Admissibilidade e Mérito do Incidente de Resolução de demandas Repetitivas**, denotou elementos de compreensão com técnicas de resolução de casos repetitivos.

Em os **Dados Pessoais: uma nova commodity, ligados ao direito a intimidade e a dignidade da pessoa humana**, o Prof. Dr. David Augusto Fernandes analisou a questão de pessoas, geralmente idosas, sendo assediadas por financeiras, sabedoras de dados pessoais denunciando uma flagrante violação ao sigilo de tais informações .

No artigo **O Município Enquanto Espaço de Consolidação de Direitos: a saúde como bem comum da comunidade**, as Profas. Dras. Sandra Regina Martini e Janaína Machado Sturza objetivaram uma análise do direito fundamental social à saúde como ponte de cidadania que a população possa exigir não só o cumprimento por parte do Estado, mas também a ampla e irrestrita proteção.

Outrora, as Profas. Dras. Gina Gouveia Pires de Castro e Thaminne Nathália Cabral Moraes e Silva e o Msc Antônio Beserra dos Santos Neto trouxeram um estudo comparativo entre América latina e Europa, destacando o papel da jurisdição constitucional e o desenvolvimento do Direito processual constitucional enquanto ciência, ao longo do século XX, em **Controle de Constitucionalidade no Brasil e Argentina: as origens e influências do controle de constitucionalidade sob uma perspectiva comparada.**

Em uma análise de efeitos por força do princípio da presunção de inocência, o Dr. Wanderlei José dos Reis, no artigo **Recente Guinada na Jurisprudência do STF na Interpretação do Princípio da Presunção de Inocência**, estudou com base em uma análise jurisprudencial como a restrição de direitos do réu antes do julgamento é ilidida, mas não de forma absoluta, e no mesmo viés pode ser depreendido da admissibilidade da prisão cautelar ou provisória como um castigo antecipado.

O Prof. Dr. Francisco Pedro Jucá e o Doutorando Horácio Monteschio analisaram em **A Ideia de Justiça uma Releitura da Obra de Amartya Sen, Sob uma Perspectiva Contemporânea Brasileira**, os problemas efetivos e potenciais, com intuito de criar um padrão reflexivo sobre o critério de justiça.